

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Transição energética

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP, foto) defendeu a segurança energética, acentuando a necessidade de diversificar as matrizes energéticas e dependermos menos de São Pedro. Ele afirmou que “hoje, 60% da geração de energia vêm das hidrelétricas, mas quando dá uma estiagem, secas, como tem ocorrido frequentemente no Brasil continental, precisamos das demais matrizes energéticas, e por isso que é preciso trabalhar na transição energética, que é o que o mundo todo busca, e o Brasil tem que atender às suas vocações”.



BRUNO SPADAZ/AGÊNCIA CÂMARA/JC

### Defesa do programa

“Vamos fazer essa transição”, assinalou Afonso Hamm, acrescentando que “o que está previsto é fazer investimentos ainda maiores em eólicas, em solar, em matriz a base de hidrogênio que nós temos, o biocombustível, o biodiesel. Nós temos várias matrizes, a biomassa que integram inclusive com a agricultura. Portanto, nós precisamos exatamente desse programa”.

### Isenção para a erva-mate

O deputado federal Pompeo de Mattos, do PDT gaúcho, lamenta que, “na regulamentação da reforma tributária, a Câmara não tenha aprovado a isenção de impostos sobre a erva-mate”. Ele garante que, “assim que a nova lei entrar em vigor, vai apresentar um projeto de lei para incluir o produto na cesta básica com alíquota zero de imposto. Ele afirma que na região Sul e em alguns estados do Centro-Oeste se consome mais erva-mate do que café”.

### Ditadura do Legislativo

Nos últimos dias antes do recesso parlamentar do final de ano, deputados usaram a tribuna para criticar a atuação do Legislativo, principalmente, por conta de decisões tomadas por líderes sem consultar os parlamentares.

### Desarmonia dos Poderes

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) criticou a desarmonia dos Poderes e a ditadura do Legislativo. “Nós temos a ditadura do Legislativo”, que, segundo a parlamentar, “é expressada, confirmada, quando a gente percebe que o rito legislativo não existe mais, o regimento interno não é seguido para nada”.

### Ajuste dos gastos públicos

Continuando as suas críticas ao Parlamento, a deputada Adriana Ventura bateu forte, com indignação, na discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos ajustes dos gastos públicos. “Na minha visão, é uma casa de lei que não respeita a lei, não respeita regimento, não respeita nada”, esbravejou a parlamentar paulista.

### Deputados ausentes

“Essa proposta de emenda à Constituição, as pessoas, os deputados nem estão aqui, nem vieram aqui, deram presença remotamente. Quem está no seu estado ou na praia curtindo as férias ou qualquer coisa, deu presença, daí falam: ‘voto sim, voto não’, não sabe nem o que está votando. Que palhaçada que essa casa está fazendo com a Constituição”, reclamou.

### Puxadinho da vergonha

Segundo a congressista, “alguns líderes conversam, combinam o que vão fazer, conversam com os grupos de interesse, que é o que acontece, e tudo bem. E tá aí votando, os líderes acordaram, os líderes resolvem. Ninguém aqui pode passar por cima de 513 parlamentares. Por isso essa PEC é uma vergonha, porque não seguiu o rito, porque não foi debatida, foi construída ali no puxadinho desse governo da vergonha, desse governo descompensado”.

# Lamachia prevê uso de

## Entrevista Especial

Thiago Müller  
thiagom@jcrs.com.br

O advogado Leonardo Lamachia, reeleito para presidir a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB/RS), com 76,9% dos votos válidos, inicia o próximo mandato a partir de 1º de janeiro, com duração de um triênio (2025-2027).

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Lamachia detalha futuros planos da OAB/RS relacionados ao uso de Inteligência Artificial (IA) na área da advocacia, tanto em termos de regulação da ferramenta quanto dos limites da tecnologia, assim como o uso dela para combater a morosidade de processos, por exemplo, com a criação do Observatório da Prestação Jurisdicional.

O advogado relata as dificuldades do setor e descreve uma atual crise do segmento com excesso de contingente no mercado de trabalho e empobrecimento da profissão. Lamachia comenta também sobre a perda do espaço das prerrogativas da classe, como a supressão da sustentação oral nos tribunais.

Além disso, o presidente da OAB do Rio Grande do Sul também faz críticas às decisões monocráticas dos tribunais que, segundo ele, são por vezes tomadas por relator fora do rol de possibilidades, violando decisões e desrespeitando o devido processo legal. No mesmo sentido, cita decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) dentro do âmbito do inquérito das Fake News, apelidado de inquérito do Fim do Mundo.

**Jornal do Comércio - Quais serão as medidas executadas para combater a morosidade no Poder Judiciário?**

**Leonardo Lamachia** - Continuaremos lutando por elevação de entrância, para melhorar a prestação jurisdicional, e pela nomeação de mais juizes, porque ainda temos um déficit de magistrados no Estado. Não são todas as comarcas e varas que têm juiz titular. Isso é uma outra causa da morosidade. E vamos criar o Observatório da

Prestação Jurisdicional, com o uso de Inteligência Artificial e obtendo dados do poder judiciário. Nós queremos poder ter indicadores objetivos que digam qual é a vara que mais demora, qual é a comarca com mais problemas e um número maior de processos. Então tentaremos entender as causas da morosidade, porque às vezes há uma vara com um número muito expressivo de processos, mas ela é mais ágil porque ali há dois ou três juizes. Em contrapartida, pode haver outra com um número menor de processos e com uma complexidade maior, e há menos magistrados e servidores, resultando em mais demora. A ideia do observatório, portanto, é trabalhar com indicadores. Utilizar mecanismos tecnológicos que nos ajudem a identificar os principais problemas de morosidade e, junto ao Poder Judiciário e ao tribunal, seja ele de Justiça, do Trabalho ou o Regional Federal, atuar objetivamente em cima das causas. Tivemos também aqui, no processo da pandemia, uma demora exagerada para a reabertura dos fóruns, e a nossa realidade no Rio Grande era diferente dos outros estados, porque aqui os processos eram físicos, nos outros Estados já estavam digitalizados. Foram quase dois anos para esses 2,5 milhões de processos começarem a tramitar e andar. Isso impôs uma crise para a advocacia gaúcha.

**JC - Acerca da Inteligência Artificial no Direito. Pode-se esperar, daqui a alguns anos, por parte da OAB/RS, algum tipo de regulação sobre o uso?**

**Lamachia** - Criamos o primeiro grupo de trabalho para

debater o uso ético da Inteligência Artificial, porque diferentemente da Europa, não há, ainda, uma lei regulamentando o uso dela. Há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional. Fizemos uma reunião junto ao presidente do Tribunal de Justiça, do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e do TRF (Tribunal Regional Federal), além do procurador-geral de Justiça, o defensor público-geral e a OAB. Todos integrantes do sistema de Justiça estavam aqui. A ideia é ter um protocolo de uso ético, enquanto não há uma legislação regulamentando a matéria. Tanto para advogadas e advogados, quanto para magistrados, membros do Ministério Público e defensores.

**JC - E já há previsão de quais diretrizes vão estar nesses protocolos?**

**Lamachia** - Uma das diretrizes é que nós queremos que conste em qualquer decisão judicial e qualquer documento público que tenha usado Inteligência Artificial, de forma expressa neste documento, o uso da ferramenta. Mais ou menos como é feito hoje nas embalagens de produtos que dizem “contém glúten”. Um outro parâmetro, objetivo ou diretriz para este documento é que as decisões judiciais não podem ser produzidas por Inteligência Artificial. O nosso entendimento é que é uma ferramenta importante que pode contribuir para dar celeridade para os processos, e que pode ajudar a todos os operadores do Direito, mas que não pode substituir o ato humano. E o ato de julgar é um ato eminentemente humanista.

**JC - O senhor havia**



**“A Inteligência Artificial não pode substituir o ato humano, e julgar é um ato eminentemente humanista”**